



## TOTALIDADE E GEOGRAFIA: UM DEBATE EM TORNO DO CIRCULACIONISMO E DO PÓS-MODERNISMO<sup>1</sup>

João Vitor Sandri Coelho<sup>2</sup>  
José Messias Bastos<sup>3</sup>  
Lucas Chaves Miqilini<sup>4</sup>  
Fernando Soares de Jesus<sup>5</sup>

### RESUMO

Resgatando a tradição marxista-leninista de investigação das realidades nacionais, Milton Santos alça ao grau de paradigma interpretativo da Geografia Humana a categoria de Formação Socioespacial, tão cara à Lenin em seus estudos sobre a Rússia e os EUA. Sob a primazia do materialismo histórico, a Formação Socioespacial se atém à ideia de totalidade e, conseqüentemente, à dialética entre o universal e o particular. No entanto, essa categoria cada dia perde mais força no âmbito da própria geografia, sobretudo por aqueles influenciados por um marxismo vulgar, sem visão de processo histórico e da “análise concreta da situação concreta”, bem como por aqueles influenciados pela onda pós-moderna que assolou as ciências humanas com o neoliberalismo. Deste modo, o presente artigo busca identificar as contradições entre a categoria de Formação Socioespacial e (1) as perspectivas circulacionistas, do chamado sistema-mundo, e (2) a filosofia pós-moderna, ambas a antítese da totalidade

**Palavras-chave:** Formação Socioespacial, Totalidade, Geografia.

### RESUMEN

Recuperando la tradición marxista-leninista de investigar las realidades nacionales, Milton Santos eleva al nivel de paradigma interpretativo de la Geografía Humana la categoría de Formación Socioespacial, tan querida por Lenin en sus estudios sobre Rusia y Estados Unidos. Bajo la primacía del materialismo histórico, La formación socioespacial se apega a la idea de totalidad y, en consecuencia, a la dialéctica entre lo universal y lo particular. Sin embargo, esta categoría está perdiendo cada vez más fuerza en el ámbito de la propia geografía, especialmente por aquellos influidos por un marxismo vulgar, sin una visión del proceso histórico y del "análisis concreto de la situación concreta", así como por los influidos por la moda posmodernidad que arrasó las ciencias humanas con el neoliberalismo. Así, este artículo busca

<sup>1</sup> Os autores agradecem ao financiamento do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), através de bolsa de mestrado, que possibilitou a produção deste artigo.

<sup>2</sup> Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, [jvsandri09@gmail.com](mailto:jvsandri09@gmail.com);

<sup>3</sup> Professor Titular do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, [jbastos57@gmail.com](mailto:jbastos57@gmail.com);

<sup>4</sup> Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, [lucascmiqilini@gmail.com](mailto:lucascmiqilini@gmail.com);

<sup>5</sup> Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, [fernandosoaressc@gmail.com](mailto:fernandosoaressc@gmail.com);



identificar las contradicciones entre la categoría de Formación Socioespacial y (1) perspectivas circuncionistas, del llamado sistema-mundo, y (2) la filosofía posmoderna, ambas antitéticas a la totalidad.

**Palabras clave:** Formación socioespacial, Totalidad, Geografía

## INTRODUÇÃO

Por muito tempo teve-se como objeto de estudo da geografia a relação sociedade/natureza. No entanto, este princípio comumente resultava em uma leitura dualista da realidade, tratando sociedade e natureza como elementos dissociáveis, separados. É através do materialismo histórico, enquanto teoria que considera simultaneamente tanto a relação entre os próprios seres humanos (relações de produção) quanto a relação deles com a natureza (forças produtivas), que começa-se a superar dita antinomia e tratar estes dois elementos como uma unidade dialética, na medida em que o ser humano, ao transformar a natureza através de seu trabalho, transforma a si mesmo (PEREIRA, 2009).

A despeito da mesma raiz filosófica (a filosofia clássica alemã de Kant e, sobretudo, de Hegel), o encontro entre marxismo e geografia tardou a acontecer, uma vez o primeiro nasceu mais internacionalista e o segundo mais nacionalista — por surgir, enquanto ciência, em meio ao processo de unificação nacional alemã (MAMIGONIAN, 1996). No entanto, este cenário muda com Lênin, a partir da virada do século XIX para o XX, quando o capitalismo se desenvolve ao seu estágio superior, o capitalismo monopolista/imperialista.

Partindo da premissa do desenvolvimento *desigual e combinado* do capitalismo, o imperialismo se encontraria envolto “numa rede particularmente densa de relações pré-capitalistas” (LENIN, 2012, p. 115). Estes elementos formariam um cenário de profunda divisão entre centro e periferia através da “exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes” (Ibidem, p. 167). Conseqüentemente intensifica-se a “opressão nacional e a tendência para as anexações, isto é, para a violação da independência nacional (pois a anexação não é senão a violação do direito das nações à autodeterminação)” (Ibidem, p. 163). A partir desta *sobreposição dialética entre a luta de classes e a questão nacional*,



Lenin reformula e aprofunda a categoria de Formação Econômico-Social (FES)<sup>6</sup>, analisando o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo na Rússia (1977) e nos EUA (1980). Deste modo, é através das formulações leninianas em torno da categoria de Formação Econômico-Social, que encontramos a mais sólida união entre marxismo e geografia, o que se fortaleceu, posteriormente, com a categoria miltoniana de Formação Socioespacial, da qual abordaremos nas próximas páginas.

O presente artigo busca investigar a centralidade da categoria de totalidade no embasamento teórico do paradigma de Formação Socioespacial e, a partir disso, identificar as contradições desta com a perspectiva circulacionista e com a filosofia pós-moderna, ambas fortemente presentes nas análises geográficas atualmente. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica.

## O PARADIGMA DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

Por meio da análise da evolução histórica de diversos países e regiões, K. Marx (2008) observou a existência de leis de desenvolvimento comuns a todos eles. Destacando as relações de produção e as forças produtivas, o intelectual alemão caracterizou os modos de produção comunistas primitivos, escravistas, feudais, capitalistas e socialistas. Importante destacar o papel dos *meios fundamentais de produção* — aqueles que subordinam todos os demais — como critério de classificação, a saber: 1) modo de produção escravista - o escravo; 2) modo de produção feudal - a terra; 3) modo de produção capitalista - capital<sup>7</sup>.

No entanto, como enfatizou Trotsky posteriormente, “o desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das

---

<sup>6</sup> Segundo Lenin (2020, p. 73), “a análise das relações sociais materiais (isto é, daquelas que tomam forma sem passar pela consciência do homem: quando trocam produtos, os homens entram em relações de produção sem sequer perceber que há uma relação social de produção aqui) - a análise das relações sociais materiais pela primeira vez tornou possível observar a recorrência e a regularidade, e generalizar os sistemas dos vários países em um único conceito fundamental: a formação social. Foi somente essa generalização que possibilitou proceder da descrição dos fenômenos sociais (e sua avaliação do ponto de vista de um ideal) para sua análise estritamente científica, que isola, digamos, a título de exemplo, aquilo que distingue um país capitalista de outro, e investiga o que é comum a todos eles”.

<sup>7</sup> Segundo Ignácio Rangel (2005b, p. 631): “Ponto de parte o primeiro e o último dos modos fundamentais de produção, dado que, em ambos o corpo social comanda todos os fatores de produção, nos demais a hegemonia cabe à classe detentora do domínio do fator objetivamente estratégico. E é isso o que caracteriza o modo de produção e a formação social que sobre ele se edifica”. Para uma maior explicação sobre isso, ver RANGEL, (2005a [1957]).



diversas fases do processus histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado” (TROTSKY, 1977, p. 25). É a partir dessa constatação de que o desenvolvimento se dá de forma desigual e combinada que se evidencia a importância da categoria de formação social, ou formação econômico-social (FES)<sup>8</sup>.

Como o acontecer no espaço não se dá de forma homogênea, impõe-se a noção de escala, isto é, de fração do espaço dentro do espaço total. Isto não quer dizer que o acontecer em um lugar é indiferente ao acontecer em um outro lugar, justamente porque, qualquer que seja este acontecer, ele sempre será produto do movimento da sociedade total. Conforme Santos (2012, p. 208):

O espaço total e o espaço local são aspectos de uma única e mesma realidade — a realidade total — à imagem do universal e dos particulares. A sociedade global e o espaço global se transformam através do tempo, num movimento que, embora interessado igualmente às diversas frações da sociedade e do espaço, é o resultado da interação entre sociedade global e espaço global e de suas diversas frações” .

A ideia de totalidade é central<sup>9</sup>, bem como a necessidade de sua cisão. Trata-se de entender o movimento da totalidade como integral e diferencial: “Enquanto integral, a totalidade é vista como algo uno e, frequentemente, em *abstrato*. Enquanto diferencial, ela é apreciada em suas manifestações particulares, [...] em concreto”<sup>10</sup> (Ibidem, p. 122). Deste modo, a totalização universal, que é dada pelo presente modo de

---

<sup>8</sup> Mesmo Marx não se debruçando profundamente sobre esta categoria, germes de seu fundamento se encontra, por exemplo, na passagem em que faz uma analogia com a estratificação da estrutura geológica do planeta Terra: “A formação arcaica ou primitiva do nosso globo contém uma série de estratos de diversas eras, uns sobrepostos a outros. Da mesma maneira, a formação arcaica da sociedade revela uma série de tipos diferentes, que caracterizam épocas diferentes e sucessivas” (1991, p. 131).

<sup>9</sup> A ideia de totalidade, herança da filosofia de Hegel, é algo notável em Humboldt, sempre preocupado com relação do todo com as partes. Segundo Mamigonian (1996, p. 200): “Humboldt costumava dizer ‘amo o que compreendo, o que abarco em sua totalidade’. Sua formação lhe permitia ver, segundo suas palavras, a natureza ‘como um todo movido e animado por forças internas’ e afirmar que ‘o descobrimento da verdade é inconcebível sem a divergência de opiniões’”. A influência hegeliana também se vê em Lenin (2018, p. 122), em seus cadernos filosóficos sobre Hegel, quando afirma que “a coisa em si, *no todo*, é uma abstração vazia, sem vida. Na vida, no movimento, tudo *acontece* tanto ‘em si’ como ‘para outros’, na relação com o outro, transformando-se de um estado em outro”.

<sup>10</sup> Segundo Milton Santos (2017, p. 120) “O todo somente pode ser conhecido através do conhecimento das partes e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo. Essas duas verdades são, porém, parciais. Para alcançar a verdade total, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização”.



produção, não pode realizar-se (no sentido de materialização ou objetivação) senão através de uma outra totalização que nos é fornecida por intermédio do conceito de formação social (SANTOS, 2012, p. 213). Justamente porque o tempo do modo de produção é universal, a categoria de formação social busca analisar como se arranja de forma concreta os diferentes modos de produção num espaço particular em seu desenvolvimento desigual e combinado. O modo de produção, com isso, é a possibilidade de realização, e a formação social, a possibilidade realizada.

Sereni, autor que se debruçou sobre a evolução da categoria de formação social, afirma que “esta categoria expressa a unidade [ou, a totalidade] das diferentes esferas: econômica, social, política e cultural da vida de uma sociedade”, e além disso, “na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico” (SERENI, 2013, p. 314-15). O autor ainda indica que o método não deve ser apenas lógico (estrutural, sistemático), mas também genético, histórico. Deste modo, daquele “sistema de relações necessárias que o tratamento lógico supõe”, deverão também ser consideradas aquelas “relações que condicionam a gênese, o desenvolvimento e a destruição da própria estrutura dada” (Ibidem, p. 331).

Entendemos que a categoria atinge maior maturidade com Milton Santos, quando se é atribuído com maior solidez o papel do espaço na estruturação e evolução da sociedade<sup>11</sup>, denominando-o de formação socioespacial, uma vez que “todos os processos que juntos formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto” (SANTOS, 1979, p. 14). Conforme Armen Mamigonian (1996, p. 204):

Milton Santos, no entanto, percebeu que formação social e geografia humana não coincidem completamente, menos pelas teorias que embasam aquela categoria marxista e esta área do conhecimento acadêmico do que pela prática indispensável de localização da geografia, nem sempre usada nos estudos de formação social, daí ter proposto a categoria ‘formação socioespacial’.

---

<sup>11</sup> O espaço para Milton Santos é uma estrutura subordinada-subordinante, uma inércia-dinâmica. Isso significa dizer que, do ponto de vista de suas qualidades funcionais, o espaço representaria o reflexo da intencionalidade da sociedade sobre ele. Porém, do ponto de vista de suas qualidades sistêmicas, o espaço seria um condicionante das demais estruturas sociais (SANTOS, 2012, pp. 180-181). O espaço, portanto, não é um mero palco da atividade humana, mas sim uma união dialética entre sociedade e natureza, indissociáveis entre si.



Em síntese, as formações socioespaciais existem “por causa de seus aspectos concretos que permitem levar em conta a especificidade de cada sociedade (sua evolução particular, sua situação atual, suas relações internas e externas)”, bem como deve ser entendida como “uma realidade historicamente determinada fundada sobre uma base territorial” (SANTOS, 2012, p. 237-38). A visão de totalidade é central na análise das formações socioespaciais, na medida em que permite relacionar a interdependência entre os elementos da realidade, a dialética universal/particular e a unidade da história em meio ao desenvolvimento desigual e combinado dos diferentes espaços particulares. Por tudo isso, entendemos a categoria de formação socioespacial como *o ponto de encontro entre a geografia e a economia política*, e um referencial essencial nas investigações geográficas (Jabbour, 2012).

## FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL OU SISTEMA-MUNDO?

Em contraposição à categoria de formação socioespacial temos a corrente teórica do “sistema-mundo”, matriz da Teoria da Dependência, e julgamos ser importante fazer alguns apontamentos a fim de demarcar diferenças fundamentais entre ambas e que influenciam profundamente a análise da realidade.

Partindo da premissa de que o lugar ocupado por determinado país no mundo depende sobremaneira da dinâmica do “sistema-mundo”, que, por sua vez, tem grande impacto no desenvolvimento interno de cada nação, a perspectiva do “sistema-mundo” enfatiza fortemente as *externalidades*. Deste ponto de vista, a própria análise da totalidade se torna débil<sup>12</sup>, pois:

De um lado, a ideia de totalidade-mundo é reduzida a um dos seus aspectos e, de outro, o enfoque adotado conduz, geralmente, a análises externas ao fato

---

<sup>12</sup> Sobre estas análises *estáticas* e fotográficas de “modelos” econômicos, que apenas vêem o todo pelo todo, e não na *dinâmica* de suas manifestações particulares, Hobsbawm (1991, p. 63) comenta: “Assim, o desejo de classificar cada sociedade ou período, firmemente, em uma ou outra das categorias aceitas deu como resultado disputas demarcatórias, como é natural quando se insiste em encaixar conceitos dinâmicos dentro de estáticos. Houve, deste modo, muita discussão na China sobre a data da transição da escravidão ao feudalismo desde que ‘a luta foi de natureza mutio prolongada, cobrindo vários séculos... Modos de vida sociais e economicos diversos coexistiram temporariamente no amplo território da China’. No ocidente, dificuldade semelhante conduziu a debates sobre o caráter dos séculos que vão do XIV ao XVIII. Estas discussões tiveram, ao menos, o mérito de levantar os problemas da mistura e coexistência de diferentes ‘formas’ de relações sociais de produção”.



geográfico, este ficando subjugado por alusões, comparações, analogias, metáforas, que, em nenhum caso, substituem a visão constitutiva do fenômeno. (SANTOS, 2017, p. 114)

Os autores ligados a esta corrente tendem a conceber o capital comercial como o principal elo de transição ao capitalismo, inclusive crendo na existência de um capitalismo consolidado na Europa pelo menos 200 anos antes da Revolução Puritana. Maurice Dobb, intelectual que se debruçou sobre o tema da transição feudalismo-capitalismo, chama a atenção para a forma como essa nova burguesia mercantil entrou em “acordo com a sociedade feudal, assim que seus privilégios foram conquistados”. Nesse sentido, “o grau em que o capital mercantil floresceu num país nesse período não nos proporciona medida alguma da facilidade e rapidez com que a produção capitalista estava destinada a se desenvolver”, e completa, “em muitos casos deu-se exatamente o contrário” (1987, p. 127). Sobre o papel do capital comercial no desenvolvimento do capitalismo, Lênin (1977, pp. 183-84) é muito claro quando diz que:

[...] historicamente, o capital comercial e usurário precede a formação do capital industrial e é, logicamente, a sua condição necessária, embora não a suficiente para o seu aparecimento (ou seja: para o aparecimento da produção capitalista); de fato, o capital comercial e usurário nem sempre decompõem o antigo modo de produção, substituindo-o pelo modo de produção capitalista: a formação deste último ‘depende inteiramente do grau de desenvolvimento histórico e das suas circunstâncias’. ‘A profundidade da decomposição do antigo modo de produção [pelo comércio e pelo capital comercial] depende, antes de tudo, da sua solidez e da sua estrutura interna. Não é do comércio, mas do caráter do antigo modo de produção que depende o resultado do processo de dissolução, ou seja, o modo de produção novo que ocupará o lugar do antigo’. 3) o desenvolvimento independente do capital comercial é inversamente proporcional ao nível de desenvolvimento da produção capitalista: mais o capital comercial e usurário se desenvolve, menos o faz o capital industrial (= a produção capitalista), e vice-versa.

Diferentemente do sistema-mundo, concebemos a transição ao capitalismo em duas vias, tal como Lênin (1977): 1) na via “via revolucionária” ou “via norte-americana”, o desenvolvimento da pequena produção mercantil e sua gradual diferenciação social acaba por formar, de um lado, uma classe de pequeno-burgueses, e de outro, uma massa de trabalhadores assalariados; 2) a segunda via, a “via prussiana”, caracteriza-se por uma transição “de cima para baixo”, onde os latifundiários feudais coordenam o processo de “modernização conservadora”, tornando-se burgueses<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Vemos com Silva (2016) a aproximação teórica entre a via prussiana e a categoria gramsciana de revolução passiva: “Com efeito, segundo já fora demonstrado, estamos diante de



Como fica evidente, o núcleo do processo de transição se dá na esfera da produção. É importante ressaltar, porém, que estas duas formas podem também se combinar. O caso brasileiro é um exemplo desta combinação, onde Vargas (um estancieiro feudal dos latifúndios gaúchos), ao tomar o poder, criou condições institucionais para a transformação de pequenos produtores em empresários (Bardella, WEG, Gerdau, etc.), por meio de uma industrialização sem reforma agrária (via prussiana). Ou ainda, os casos japoneses (Inovação Meiji), com os *Zaibatsus*, e sul-coreano, com os *Chaebols*. Em todos os exemplos o que se nota é a necessidade de um Estado modernizante frente à uma realidade nacional de profundo atraso e desenvolvimento tardio.

Tendo em vista a primazia da produção, torna-se necessário a distinção entre o processo de inserção da periferia com o sistema capitalista e a formação de estruturas econômicas próprias do capitalismo moderno, tendo em vista que o primeiro não suscitou necessariamente o surgimento imediato do segundo, bem como aponta Eric Hobsbawm (2017). Deste modo, as teorias do “sistema-mundo”, ao entender a fase do capitalismo comercial como um capitalismo consolidado, consideram capitalista “[...] qualquer país que mantenha relações comerciais na esteira do mercado mundial unificado capitalista, independente das formas de produção internas em cada país”, sendo portanto, o “suprassumo da negação do *processo* como ente histórico/filosófico e, conseqüentemente, da categoria de *modo de produção*” [grifo do autor] (JABBOUR, 2012, p. 92). Cabe fazermos a pergunta que Ellen Wood (2014, p. 132) fez:

Se o fator decisivo é a acumulação de riqueza comercial, por que a Inglaterra? Por que a transição inglesa para o capitalismo ocorre no momento em que a Inglaterra estava longe de ser o país mais rico dos principais países europeus, ou mesmo o maior ou o mais forte, e possuía acumulações muito mais limitadas de riqueza comercial? O que explica a emergência do capitalismo agrário na Inglaterra antes - e, de fato, como condição - de sua supremacia comercial posterior?

O grande problema desta análise é que parece não haver nenhuma diferença essencial entre o capitalismo e outras formas de comércio, e desta forma tornar-se-ia “difícil entender porque não se poderia dizer que algum tipo de capitalismo, ou

---

uma noção equivalente àquela leniniana de via prussiana. Assim é que em Gramsci, a revolução passiva, que no fundamental é a expressão da incapacidade de levar adiante o processo de transformação através de um programa popular, como ocorrera na França jacobina — notadamente a reforma agrária e a questão nacional a ela relacionada —, aparece como uma via de desenvolvimento não só para a Itália, mas igualmente para a Alemanha, que aqui figura como um “tipo intermediário” — logo, menos dramático — de transição pelo alto”.



protocapitalismo, existiu, ao menos de modo embrionário, na Roma antiga (como sugere Max Weber)” (WOOD, 2014, p. 131). Assim,

O capitalismo, nessa concepção, não tem lógica ou dinâmica definida que o diferencie com clareza das outras formas sociais. Em particular, os imperativos específicos da concorrência capitalista, suas regras típicas de reprodução - a necessidade de estratégias de maximização, a maximização do lucro, e a necessidade constante de melhoria da produtividade no trabalho -, não são, aparentemente, essenciais para a definição do capitalismo. Elas não operavam, por exemplo, no caso genovês, no espanhol, nem no português. (WOOD, 2014, p. 131)

Nota-se que existe uma confusão entre economia mercantil e capitalismo, desconsiderando que, conforme Marx (1991, p. 106), “a formação da riqueza monetária, em si, antes da transformação em capital: isto pertence à pré-história da economia burguesa”. Ou seja, o capitalismo pressupõe uma economia mercantil, mas nem todas as economias mercantis são capitalistas, uma vez que o modo de produção capitalista somente se estabelece quando esta economia mercantil se encontra em sua etapa de desenvolvimento em que torna-se mercadoria até mesmo a força de trabalho, como fica evidente no capítulo XXIV d’O Capital (2017), em *A Assim Chamada Acumulação Primitiva*. Esse erro faz com que a análise se aproxime muito mais de Adam Smith do que ao do próprio Marx, na medida em que o problema histórico das origens do capitalismo torna-se o das origens da divisão social do trabalho baseada no comércio, e não o de uma transformação social peculiar, como pensava Marx. (BRENNER, 1977). Por fim, sobre esta polêmica, aprendemos com Lênin que a grande extensão territorial das explorações nada tem a dizer sobre o caráter capitalista dela:

O exemplo americano mostra-nos com evidência como seria imprudente confundir os latifúndios com a agricultura capitalista em grande escala, pois, com muita frequência, os latifúndios constituem uma sobrevivência de relações pré-capitalistas: escravistas, feudais ou patriarcais (LÊNIN, 1980, p. 42).

Isto porque o que indica o desenvolvimento do capitalismo na agricultura é sobretudo o “volume dos investimentos de capital na terra” isto é, “modificações técnicas introduzidas na agricultura, sua intensificação, a passagem a sistemas superiores de cultura, a utilização massiva de adubos artificiais, o aperfeiçoamento dos instrumentos e máquinas”, além, é claro, do “recurso crescente ao trabalho



assalariado”. Portanto, se considerarmos apenas a superfície, “não é possível expressar todos estes processos complexos e diversos, quando é precisamente o seu somatório que caracteriza o processo geral do desenvolvimento do capitalismo na agricultura” (LÊNIN, 1980, pp. 52-3).

Em suma, é através do deslocamento da análise do *processo produtivo para o processo de circulação* que opera o equívoco das perspectivas circulacionistas do sistema-mundo, muito populares na América Latina com a chamada Teoria da Dependência.

### A FILOSOFIA PÓS-MODERNA E A NEGAÇÃO DA TOTALIDADE

Se o circulacionismo das teorias do sistema-mundo foca demasiada atenção em um dos aspectos da totalidade, a sua universalidade abstrata, a filosofia pós-moderna, por sua vez, se baseia apenas no particular, desconectado do movimento da sociedade total, e mergulha numa *subjetivação da realidade*. Para começarmos a entender o pós-modernismo é necessário, porém, entendermos o que é a modernidade.

Junto à consolidação da sociedade burguesa industrial, a modernidade marca a ruptura com a ideia de razão ligada às crenças religiosas, próprias do período medieval. Essa dissociação da religião com a ciência promove o que é chamado de *razão iluminista*, uma racionalidade que entende que o mundo é um todo complexo e contraditório, mas passível de ser apreendido de forma racional e, portanto, de que existe sempre apenas uma verdade objetiva para qualquer questão posta<sup>14</sup>. Associado ao intenso desenvolvimento das forças produtivas com o advindo da indústria e o aumento exponencial das potencialidades humanas de transformação da natureza, a razão

---

<sup>14</sup> Entender que existe apenas uma verdade para qualquer questão posta, não quer dizer que devemos encarar qualquer pretensa verdade como uma verdade absoluta. Sobre esse caráter ao mesmo tempo relativo e absoluto da verdade no âmbito da dialética, Lefebvre e Guterman (2018, pp. 49-50) explicam: “Relativa a um momento, a uma etapa do pensamento, da práxis, da história humana. Absoluta pelo progresso coletivo desse pensamento, pela *superação* perpétua numa direção, a do domínio e da posse de ser verdadeira. A verdade efetiva deve ser negada — contrário, deixaria de ser verdadeira. Ela só é verdade pela superação, e é essa superação que a conserva (negação da negação). Somente o pensamento movente e o movimento do pensamento — ‘estruturado’ e ‘refletido’ — são verdadeiros. É esse o sentido aprofundado da negatividade da superação”. Nos cadernos filosóficos de Lênin (2018, p. 333) sobre o pensamento de Hegel enfatiza-se a “diferença entre o subjetivismo (ceticismo e sofística etc.) e a dialética”, em que “na dialética (objetiva) também é relativa a diferença entre relativo e absoluto. Para a dialética objetiva, *no* relativo *há* o absoluto. Para o subjetivismo e a sofística, o relativo é apenas relativo e exclui o absoluto”.



iluminista fortalece a concepção de que o mundo pode ser controlado e organizado de modo racional (HARVEY, 2016). Vemos, com isso, que a dialética da filosofia clássica alemã de Hegel — e o materialismo histórico do marxismo — é fruto da razão iluminista, na medida em que busca a verdade através da contradição entre diferentes teses (tese + antítese = síntese, operando sob a lógica da “negação da negação”, isto é, os aspectos inferiores da tese são superados pela antítese e os superiores são conservados, formando algo novo, mais maduro).

Posteriormente, na segunda metade do século XX, estes pressupostos passam a ser questionados. O balanço dos conflitos mundiais e a degradação ambiental botam em xeque a racionalidade do ser humano. As transformações econômicas do capitalismo neoliberal e sua mudança de paradigma produtivo, do qual engendrou o fracionamento do ciclo produtivo, terceirizações e flexibilizações trabalhistas, muda a aparência da estratificação da sociedade burguesa, antes mais nitidamente centrado na burguesia e no proletariado, para relações de trabalho cada vez mais efêmeras e instáveis, desintegrando o “sujeito de classe” e decaindo o apelo popular pela luta de classes. No final da década de 1980, tem-se também a queda da URSS, enfraquecendo o marxismo e, junto a ele, a razão iluminista. Como consequência disso, ocorre uma transformação nas pautas reivindicativas da vida política, com a fragmentação e a formação de diferentes movimentos sociais (movimento feminista, negro, lgbt, etc.), constituindo os chamados “Novos Movimentos Sociais”, muitas vezes dissociados da luta de classes — ou mesmo abertamente a negando. No entanto, os Novos Movimentos Sociais não são o pós-modernismo em si, mas a expressão prático-política da filosofia que o embasa, filosofia essa que surge no seio da reestruturação do capital.

No lugar das ideias de progresso, racionalidade, realidade objetiva e verdade, a filosofia pós-moderna passa a entender a realidade como produto da consciência humana — e não da realidade material historicamente produzida, como pensa o materialismo histórico — e, conseqüentemente, a verdade como sendo relativa a subjetividade individual de cada sujeito. A confrontação entre diferentes teses na busca da verdade não se torna mais necessária nessa filosofia que pretende a simples coexistência entre diferentes teses, cada um tendo a “sua” verdade. A noção de totalidade é negada por uma visão fragmentadora, que privilegia as vivências como método de validação científica para entender a realidade. A dialética entre aparência e essência — entendida no marxismo como sendo a aparência uma dimensão da essência,



mas não ela toda — é negada por uma visão que equaliza ambos, culminando num verdadeiro culto ao empirismo, em que a teoria social não é mais necessária, bastando a descrição (NETTO, 2010). Tal como a filosofia pluralista, que Hegel combateu em seu tempo, a filosofia pós-moderna “experimenta e constata passivamente, em vez de conhecer. E nada limita o número de ‘essências’ que ela pode admitir”. Conseqüentemente, “o pluralismo só compreende a confusão ou o isolamento das noções. A posição dialética — conexão e oposição, diferença na unidade — lhe escapa” (LEFEBVRE, GUTERMAN, 2018, p. 30).

Ao negar a totalidade, a filosofia pós-moderna centra a análise no particular desconectado do universal. Desse modo, diferentemente da dialética materialista, que “afirma a especificidade concreta de cada grau, afirmando incessantemente a interdependência universal”, o pós-modernismo, “dissocia a multiplicidade da unidade, que negligencia a unidade e se orienta para um antirracionalismo” (LEFEBVRE, GUTERMAN, 2018, p. 82). Essa negação da universalidade tem forte influência na concepção pós-moderna do passado, na medida em que, “rejeitando a ideia de progresso, o pós-modernismo abandona todo sentido de continuidade e memória histórica, enquanto desenvolve uma incrível capacidade de pilhar a história” (HARVEY, 2016, p. 58).

Especificamente na geografia, a filosofia pós-moderna se expressa naquilo que Milton Santos (2012) chamou de “geografia da percepção ou do comportamento”. Sobre ela, o autor aponta que não se deve confundir a percepção de um objeto com a realidade própria do objeto experimentado:

Devido ao fato de que o principal interessado nesse mecanismo, ou seja, o sujeito, é ao mesmo tempo um ser objetivo e um microcosmo, o encontro entre a objetividade da coisa (ou a coisa objetificada) e a subjetividade de seu decifrador permite uma variedade de percepções. A coisa permanece una, total, intacta, mas as modalidades de sua percepção são diversas, parcelares, frequentemente deformantes (SANTOS, 2012, P. 93)

O empirismo imediatista da filosofia pós-moderna — que a faz se aproximar do positivismo — também é duramente criticado por Milton Santos (Ibidem, p. 94), na medida em que “o que eles alegam conhecer de imediato é, de fato, imediatizado por um processo histórico bem longo”. Segundo ele, “o que agora aparece como autoevidente não era óbvio no passado e o que parece simples é, na realidade, o



resultado de um completo desenvolvimento ‘enterrado em simplicidade’”. Isso sem falar no problema da tentativa de considerar a liberdade humana como absoluta e não como condicionada:

A geografia do comportamento estabeleceu-se sobre uma confusão entre a margem, diferente segundo os casos, deixada a cada indivíduo para escolher entre as formas possíveis de atuar e a possibilidade de atuar arbitrariamente, sem levar em conta condições reais de renda, de posição social, de oportunidades permanentes ou ocasionais, e mesmo de lugar. Em uma palavra, o fato de que a situação do indivíduo na produção é determinante não é reconhecido (Ibidem, p. 95).

A filosofia pós-moderna tende a conceber a consciência social completamente desconectada da realidade material e da forma como a sociedade organiza a produção da sua vida material. Não se fala mais em ideologia enquanto superestrutura social, mas em “representações da realidade”, “olhares” sobre determinado objeto/fenômeno, quando na verdade “a ideologia é um nível da totalidade social e não apenas é objetiva, real, como cria o real”. Desse modo, “a realidade inclui a ideologia e a ideologia é também real” (SANTOS, 2017, pp. 126-7).

Em suma, a filosofia pós-moderna, ao negar a totalidade social, nega a objetividade da realidade e a sua unidade, caindo em análises subjetivas e fragmentadas da realidade que, a rigor, a deforma:

No final de contas permanece-se com a ideia de que a percepção diria respeito apenas ao sujeito e não mais ao objeto, que o comportamento seria estranho às determinações sociais como se a práxis individual de cada um junta às práxis individuais dos outros dessem como resultado a práxis social total. O espaço dos geógrafos terminou por ser também tão fragmentado quanto o espaço reificado e a geografia tornou-se ideológica, hostil ao real (SANTOS, 2012, pp. 96-7).

Defrontando-se com a pergunta sobre a possibilidade da geografia superar sua crise, Mamigonian (2019, p. 18) relembra as raízes da ciência geográfica:

A resposta a esta questão deve considerar que Humboldt e Ritter, fundadores da geografia, bem como Marx e Engels, fundadores do marxismo, foram filhos da filosofia clássica alemã, filhos do iluminismo. A geografia e o marxismo, cada um à sua maneira, se propuseram a estudar a natureza como um todo e a sociedade como um todo, conhecimentos indispensáveis à interpretação da realidade, que hoje enfrenta excessos de fragmentações, que se tornam irracionais quando desprovidos de visão de conjunto (MAMIGONIAN, 2019, p. 18).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, entendemos que a categoria de formação socioespacial se apresenta como o instrumental teórico-metodológico mais adequado para apreender a realidade em sua totalidade, analisar o universal em suas manifestações particulares, não caindo nem em abstrações gerais que se afastam da especificidade de determinado espaço, como faz as correntes do sistema-mundo, e nem em empirismos abstratos que não se relacionam com a universalidade da totalidade, como a filosofia pós-moderna.

## REFERÊNCIAS

BRENNER, Robert. The origins of capitalist development: a critique of neo-smithian marxism. **New Left Review**. n° 109, 1977

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 7. ed. Editora Guanabara ; Rio de Janeiro, 1987.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola : São Paulo, 2016.

HOBSBAWM, Eric. Prefácio. In: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 6. ed. Paz e Terra, 1991.

HOBSBAWM, Eric. **Viva la revolución**: a era das utopias na América Latina. 1. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2017.

JABBOUR, Elias. **China hoje**: projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado. 1ª ed. São Paulo : Anita Garibaldi : Fundação Maurício Grabois : EDUEPB, 2012.

LEFEBVRE, Henri. GUTERMAN, Norbert. Introdução. In: LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Cadernos filosóficos: Hegel**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Collected works**: the development of capitalism in Russia. 3 vol. 4 ed. Progress Publishers Moscow, 1977. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/cw/pdf/lenin-cw-vol-03.pdf>>. Acesso em janeiro de 2021.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos**: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo : Ed. Brasil Debates, 1980.



LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. 1 ed. São Paulo : Expressão popular, 2012.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Cadernos filosóficos: Hegel**. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2018.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Escritos da Juventude**: volume 1. São Paulo : Lavrapalavra, 2020.

MAMIGONIAN, Armen. **A geografia e “a formação social como teoria e como método”**. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (org.). O mundo do cidadão, um cidadão do mundo. São Paulo : Hucitec, 1996.

MAMIGONIAN, Armen. Visão geográfica do Brasil atual: estado, crises e desenvolvimento regional. In: **Revista latino-americana de geografia econômica e social**. 1 vol. n. 1. Foz do Iguaçu, 2019.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 6. ed. Paz e Terra, 1991.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo : Boitempo, 2017.

NETTO, José Paulo. Pós-facio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. 4º ed. Florianópolis : Ed. da UFSC, 2009.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas/Ignácio Rangel**. vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005a.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas/Ignácio Rangel**. vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005b.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Espaço e sociedade**. Petrópolis : Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed., São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SERENI, Emilio. DE MARX A LÊNIN: a categoria de “formação econômico-social”. **Revista de Geografia Meridiano**. nº2, 2013.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

**GEOGRAFIA**

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

SILVA, Marcos Aurélio da. FES: Transições, vias de desenvolvimento e questões territoriais: uma abordagem a partir de Antonio Gramsci. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Vol. 21. n° 1.161, 2016.

TROTSKY, Leon. **História da revolução russa**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2014.